



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

MEMÓRIA DE REUNIÃO COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DOCUMENTAL

DATA/HORA: Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às 11h e 30min, reuniram-se na Reitoria, na sala da Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional, os seguintes participantes:

- Róberson Macedo de Oliveira (PRDI),
- Eduardo Rafael Miranda Feitoza (Arquivista/São Vicente do Sul); e
- Adriana Herkert Netto (Arquivista/Reitoria);

SÍNTESE DOS ASSUNTOS TRATADOS

- Manual do Servidor

Róberson iniciou comentando que já vinha conversando com Adriana há algum tempo e que mesmo sabendo da complexidade do trabalho o dia-a-dia muitas vezes não permite o pensar e o planejar, mas que identifica que não pode ser mais assim. Não só por causa de pessoas como Adriana, que ponderam algumas coisas, mas pela própria instituição em si que está amadurecendo para algumas coisas. Róberson disse entender que não se pode mais executar as atividades sem procedimentos, sem processos adequados, sem dimensionar corretamente como deve funcionar, que percebe que existe a possibilidade de modernizar um pouco a concepção de gestão no âmbito geral, que a gestão vem tentando fazer isso devagar junto às demais atividades cotidianas. Mas, que em virtude das demandas de trabalho, que acabam por terem de ser priorizadas, tem sido um desafio. Em decorrência disso é necessário parar e definir como trabalhar isso e fazer. Róberson acrescentou que independente de ter o procedimento adequado definido continua chegando processo na reitoria e sempre tem demanda. Nesse sentido, começou a inteirar-se mais sobre a gestão documental e a analisar de que forma ela pode contribuir. Róberson informou que para formalizar propôs a PRDI a elaboração de uma proposta de metodologia para organizar os processos. Disse pensar além da questão de definição de procedimentos de fluxo. Que poderia junto com os servidores da gestão de pessoas, mais servidores da área da administração e demais colegas que podem colaborar fazer o que é urgente, as questões de procedimento, mas também pensar além disso. Eduardo perguntou o que Róberson queria dizer com o ir além. Róberson disse entender que hoje a PRDI tem conhecimento e subsídios para dar um passo adiante em termos de organização da gestão. Que é necessário fazer o básico, mas é possível propor questões mais audaciosas, que o objetivo não deve ser apenas montar o fluxograma que muitas vezes ninguém vai entender e as pessoas não internalizarem. Deve ser um trabalho que abranja dos dirigentes até os gestores. Róberson citou que o Instituto está a um mês da implantação do AFD e ninguém da gestão de pessoas, que terá que executar atividade, se reuniu para conversar a respeito. Eduardo contextualizou que está no Instituto desde 2011, depois vieram Adriana, Marciéle, outros colegas e que sempre foi uma preocupação as atividades desorganizadas, sem padrão e pessoalizadas. Eduardo mencionou que em nível de *campus* fez o levantamento das



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA**

atividades da antiga diretoria de administração, a qual a gestão de pessoas era vinculada. Fez alguns fluxos que iam servir de subsídio para outras atividades. Eduardo afirmou que AFD é um marco e atende a um tipo de documento que é o dossiê funcional, posteriormente, tem a questão do processo administrativo eletrônico. Eduardo esclareceu que embora o SIPAC tenha sido adquirido para possibilitar o processo eletrônico ele não o faz e a comissão está buscando adequar. A proposta de trabalho discutida na comissão é de levantar todas as atividades executadas hoje na instituição para analisar como pode funcionar no formato eletrônico. Então, na primeira reunião da comissão foi debatido se seriam trabalhadas as atividades da Secretaria de Registros Acadêmicos (SRAs) ou a Coordenação de Gestão de Pessoas (CGPS). Adriana afirmou que defendeu a execução da atividade na gestão de pessoas, apesar do questionamento de que poderia ser visto como favorecimento à PRDI, pois entende que se trata de uma unidade que atende todos os servidores, e que sente muita dificuldade quanto é necessário realizar o trâmite de documentos na unidade, pela desinformação, despadronização e pessoalização, e que o trabalho nessa unidade busca melhorar isso. Eduardo disse que a comissão decidiu começar pela CGPs. A proposta que a comissão vai seguir, com o AFD aparte, pois é outra questão, é levantar as atividades com algumas informações básicas, que serão necessárias tais como: classificação, temporalidade, fluxo, produção de cópias e outras que ainda estão em discussão. De posse dessas informações a comissão vai verificar se irá funcionar no formato eletrônico da forma como o SIPAC está configurado, senão propor alterações para que o SIPAC se adeque ou se adequar ao SIPAC. A decisão vai depender da melhor relação custo benefício. Adriana lembrou aos presentes que o SIGGP também precisa ser analisado, pois permite a realização de algumas requisições e há certo tempo a PRDI acena com a possibilidade de habilitá-las. Róberson afirmou que é uma questão a ser discutida, uma vez que, se a comissão entender que deve ser realizado no SIPAC pode ser definido deste modo. Eduardo analisou que o foco da comissão é a produção documental e entende que o foco do Róberson é na realização da atividade. Eduardo considerou que nada impede que o trabalho seja realizado concomitantemente, mas deve ficar claro desde o começo que estão sendo produzidos dois trabalhos distintos, levantando as informações para subsidiar inicialmente o manual do servidor e esse manual é um dos produtos desse trabalho. Os presentes concordaram que a análise da interação entre os módulos do SIG, SIPAC, SIGGP e SIGED, será bastante complexa. Eduardo informou que a partir do levantamento da produção documental a intenção da comissão é produzir um manual de gestão de documentos específico para as CGPs. De modo que, qualquer documento que o servidor da CGP tenha em mãos saiba o que deve fazer com ele. Além disso, realizar uma capacitação com a CGGP e CGPs dentro do novo panorama, porque haverá mudança de cultura e de rotina. Eduardo sugeriu discutir a Instrução Normativa (IN) levando em conta o produto da comissão, que está bem claro, e o que o Róberson está delineando, mas ter claro, primeiramente, o que será produzido para depois poder demonstrar o avanço para a gestão. Ainda, que pode ser constituído um grupo técnico para o trabalho (GT), visto que, será necessário ter pessoas comprometidas com esse trabalho, tanto da gestão de documentos quanto da CGP. Eduardo pautou a questão das diárias, disse que na reitoria só tem a Adriana e serão necessárias mais pessoas, que o GT deve ser



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA**

constituído por portaria e deve ficar claro que terá como objetivo desenvolver as duas atividades. Os presentes concordaram da necessidade de inserir servidores da ASCOM e CGTI. Róberson pontuou que a comissão deve ficar a vontade para fazer sugestões na IN, reiterou a necessidade de ter a formalização do trabalho para definir o que será feito, porque senão não segue adiante. Eduardo explicou que a gestão de documentos ainda está se organizando, que a comissão tem um cronograma de trabalho e está previsto três meses para a atividade de levantamento da produção documental, mas que o cronograma pode ser estendido, dependendo do andamento do trabalho, não é algo engessado e dentro dos pontos levantados e parâmetros, considerando que todos têm suas atividades cotidianas de trabalho à comissão tem disponibilidade para realizar a atividade. Inclusive que será levado ao conhecimento do CODIR, pois está contemplado no plano de atividades da comissão. Para estruturar o trabalho Eduardo disse estar elaborando proposta pelo PID, a fim de obter recurso para as diárias. Róberson afirmou que para essa atividade há disponibilidade de diárias e ficou de verificar como viabilizar.

- Assentamento Funcional Digital

Com relação ao AFD Adriana pautou que não é opcional ou livre adesão é obrigatório. Eduardo analisou que o problema é o prazo curtíssimo e o Instituto não tem capacidade para executar nesse prazo. Eduardo disse acreditar que o prazo será prorrogado. Adriana afirmou ter a mesma impressão. Róberson indagou se o AFD também tem sistema. Adriana e Eduardo responderam que é o SEI-AFD. Eduardo disse que a primeira atividade é organizar fisicamente os dossiês funcionais para que estejam aptos a serem digitalizados. Róberson observou que isso está complicado, pois está tudo misturado. Adriana disse que até fevereiro de 2016 a CIAD estava criando processo Pasta Funcional do Servidor(a) para os documentos do assentamento. Eduardo disse que será necessário organizar isso e em segundo momento é necessária à definição de papéis, como será realizado o trabalho, a aquisição de material (scanners), espaço apropriado e digitalização, o que fazer com os documentos físicos, espaço físico para os documentos físicos que no momento não há e a rotina operacional para alimentar o AFD. Eduardo referiu que dá reunião ocorrida em 23/05/2016 da fala da Profª Nídia entendeu que esse ano não haveria recurso para aquisição de scanners. Adriana afirmou ter tido a mesma interpretação e lembrou que a Pró-Reitora sugeriu que a necessidade fosse colocada no plano para ver a viabilidade do orçamento de 2017.

ENCAMINHAMENTOS

1. Eduardo ficou responsável por levar a Instrução Normativa à análise dos membros técnicos da comissão e verificar quem tem disponibilidade para realizar esse trabalho.